

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS PENHA SILVA

**EXISTE UMA LÓGICA ESTRATÉGICA DO TERRORISMO?
UM TESTE DE PERSPECTIVAS DE ROBERT PAPE E DE EUGÊNIO DINIZ**

**UBERLÂNDIA/MG
2018**

LUCAS PENHA SILVA

**EXISTE UMA LÓGICA ESTRATÉGICA DO TERRORISMO?
UM TESTE DE PERSPECTIVAS DE ROBERT PAPE E EUGÊNIO DINIZ**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes.

**UBERLÂNDIA/MG
2018**

LUCAS PENHA SILVA

**EXISTE UMA LÓGICA ESTRATÉGICA DO TERRORISMO?
UM TESTE DE PERSPECTIVAS DE ROBERT PAPE E EUGÊNIO DINIZ**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes.

Uberlândia/MG, 28 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes
Orientador

Prof. Dr. Áureo de Toledo Gomes
Membro

Prof. Erwin de Pádua Xavier
Membro

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me ajudaram na elaboração deste trabalho de conclusão de curso e na vida acadêmica como um todo. Alguns de forma mais prática, dando dicas e sugestões; outros de forma mais subjetiva, dando apoio e incentivo. Fui ajudado por muitos, de maneiras muito distintas, em momentos diferentes e inúmeras vezes até que, por fim, conclui a graduação e este trabalho. Mantendo o exercício que já pratico de demonstrar gratidão e o que realmente sinto com relação às pessoas que me cercam, venho oficializar – se é que posso utilizar desse termo – os meus agradecimentos.

Agradeço aos meus amigos e amigas Irving de Vellasco, Leonardo Taquece, Isadora Vinhal, Rafaela Vechiato, Gabriela Spínola, Amanda Figueira, Isabella Vieira, Artur Bertolucci, Ana Beatriz Araújo, Natasha Grzybowski, Eric Martins, Osmar Alves, Murilo Diniz, Ueslei Silva, Taynara Dias, Luiz Coutinho, Lenora Fagundes, Ana Cecília e Larissa Malaquias que, apesar de nem sempre se darem conta, me ajudaram dando dicas e me acalmando quando me sentia afogado em ansiedade/dúvida.

Agradeço aos meus pais e irmãos Flávia Penha, Ézio Walter, Izabela Penha e Pablo Henrique, que ofereceram apoio emocional e material durante todos esses anos de experiência universitária, colocando um teto sobre minha cabeça e pagando a comida que foi posta a mesa; por me darem condições de usufruir de um ensino de qualidade, desde o primário até a universidade.

Agradeço aos professores, profissionais de limpeza, do restaurante universitário, da secretaria do curso, da reitoria, dos xerox do campus e diversos outros, por me ensinarem não só o conteúdo programático e teórico das disciplinas, mas também a como me portar perante pessoas das mais diversas origens e condições de vida; por me ensinarem humildade, sinceridade e profissionalismo; por me ofertarem consolo e conselhos em momentos difíceis; e, claro, por exigir o máximo de mim.

Por fim, agradeço aos demais alunos, tanto do curso de Relações Internacionais, quanto dos demais cursos, que se tornaram meus amigos ou não, que me fizeram entender que a vida não é fácil, mas que acompanhado das pessoas certas, tudo fica mais tranquilo e prazeroso; me ensinaram a importância da representatividade, do movimento LGBTQ+, do movimento negro, do movimento

indígena, das minorias como um todo e me fizeram perceber o quão privilegiado eu fui – e ainda sou – em toda a minha vida e o quão nocivo era a reprodução de preconceitos que eu propagava sem me dar conta de que a piada ou comentário feito era extremamente doloroso para as pessoas à minha volta.

Existem muitas pessoas a quem devo agradecer por me ajudar na minha caminhada acadêmica e na construção e elaboração deste trabalho de conclusão de curso e, sendo sincero, é difícil me lembrar de todos. Espero que tenha conseguido me lembrar da maioria e, aqueles que não foram citados aqui, deixo registrado o meu muito obrigado a vocês.

“A simplicidade é o último grau de
sophistication” (Leonardo da Vinci)

RESUMO

O terrorismo é um fenômeno político que passou a ter maior notoriedade a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001. Diversos estudos e pesquisas tentam decifrar as várias características e atributos do fenômeno. Esta monografia busca desvendar se existe uma lógica estratégica do terrorismo no estudo de caso apresentado. Para isso, há um embate de duas perspectivas divergentes. Robert Pape é o representante da perspectiva de que o terrorismo possui uma lógica estratégica e que os grupos que utilizam do terrorismo alcançam parcial ou totalmente seus objetivos políticos. Eugênio Diniz, por sua vez, é o representante da perspectiva de que o terrorismo não possui tal lógica estratégica e, por conseguinte, não alcança seus objetivos. Ambas as perspectivas serão testadas a partir do estudo de caso do grupo terrorista palestino Hamas.

Palavras-chave: Terrorismo; Hamas; Lógica Estratégica; Palestina; Israel

ABSTRACT

Terrorism is a political phenomenon that became most notorious after the attacks of September 11, 2001. Several studies and researches try to decipher various of the characteristics and attributes of the phenomenon. This article seeks to unravel if a strategic logic of terrorism exists. For this, it is necessary to oppose two divergent perspectives. Robert Pape is the representative of the perspective of the existence of a strategic logic of terrorism and that the groups which use terrorism achieve partially or totally their political goals. Eugênio Diniz, in turn, is the representative of the perspective of the inexistence of a strategic logic of terrorism and, therefore, does not achieve its political goals. Both perspectives will be tested in the case of the Palestinian terrorist group Hamas.

Keywords: Terrorism; Hamas; Strategic Logic; Palestine; Israel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O TERRORISMO NA HISTÓRIA E SEUS CONCEITOS	12
2. EDIFÍCIO TEÓRICO: ROBERT PAPE X EUGÊNIO DINIZ.....	16
3. ESTUDO DE CASO: HAMAS	28
4. CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, perpetrados pelo Al-Qaeda, que resultou no assassinato de mais de duas mil pessoas, assustou o mundo e colocou em evidência o terrorismo enquanto fenômeno político. A aparente fragilidade da potência hegemônica frente a aparente letalidade assustadora de um grupo de indivíduos causou um alarde generalizado e um amplo debate na esfera de Segurança Internacional. O alarde causado foi alimentado e repercutido, esperava-se novos ataques da mesma magnitude nos meses seguintes. O medo tinha dominado os corações estadunidenses e o terrorismo passou a fazer parte do imaginário coletivo da nação (MUELLER & STEWART, 2012).

A magnitude do 11 de setembro colocou em evidência um fenômeno político de características particulares que até então era mais debatido o âmbito acadêmico. O terrorismo não é um evento da modernidade e, segundo pesquisadores, pode-se encontrar registros de indivíduos utilizando do terrorismo no século XI (RAPOPORT, 1984).

Frente aos atentados e ao interesse que surgiu deles, questiona-se sobre a origem do fenômeno, seus propósitos e razão de ser, seus arquitetos e perpetradores, seus métodos, suas manobras, estratégias, *modus operandi*, financiamento e etc. Existe uma longa lista de acadêmicos e pesquisadores que abordam o tema em seus estudos, com várias revelações, considerações e conclusões, alguns concordando entre si, outros divergindo.

Dentre os questionamentos levantados, surge o que orienta e motiva a produção desta monografia: há uma vinculação direta entre as ações de um grupo com seus propósitos políticos? Dito de outra forma, em termos acadêmicos, grupos terroristas que utilizam do terrorismo alcançam plenamente ou parcialmente os objetivos políticos que almejam? Ou, simplesmente, existe uma lógica estratégica no terrorismo?

O objetivo desta monografia é tentar responder, de maneira satisfatória, o questionamento acima. Para isso, serão apresentadas duas perspectivas diferentes e divergentes quanto à eficácia do terrorismo. Uma delas é a defendida por Robert Pape, em que o terrorismo é um último recurso para a obtenção do objetivo político e, com frequência, é bem-sucedido. A outra perspectiva é a defendida por Eugênio Diniz, baseado principalmente nos trabalhos de Carl von Clausewitz e sua Teoria da Guerra,

em que os agentes que utilizam do terrorismo não possuem forças o suficiente para alcançar o objetivo proposto.

A hipótese defendida é a que os grupos ou indivíduos que utilizam do terrorismo não alcançam os objetivos propostos, nem parcial nem completamente. Para isso, as perspectivas serão testadas via o estudo de caso do grupo multifacetado Hamas. A escolha desta organização se deu devido a presença do Hamas nos estudos e pesquisas de Robert Pape. Considera-se que escolher um grupo que, segundo a visão de Pape, o corrobora, torna o teste mais difícil e exigirá maior esforço do autor desta monografia no empenho da pesquisa.

Os livros *“Dying to Win: the strategic logic of suicide terrorism”* (2006) de Robert Pape e *“Hamas: um guia para iniciantes”* (2008) de Khaled Hroub foram utilizados como fonte de dados para a pesquisa. O artigo *“Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo”* (2004) de Eugênio Diniz, assim como diversos outros artigos acadêmicos foram de suma importância para a elaboração desta monografia. Outras fontes, como sites oficiais do governo israelense e jornais e revistas eletrônicos foram consultados.

Este trabalho se dividirá em cinco seções sendo elas esta introdução, três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O primeiro capítulo busca explicar os conceitos-chave para a discussão, os primeiros registros históricos do terrorismo e suas mudanças ao longo da história até chegar no que chamamos de terrorismo moderno. O segundo capítulo se dedica a reconstruir o edifício teórico dos dois autores-base, nomeadamente Robert Pape e Eugênio Diniz, apontar eventuais semelhanças e diferenças e expor as principais contribuições deles para a produção desta monografia.

O terceiro capítulo visa a aplicação dos conceitos e das perspectivas dos autores num caso concreto, num estudo de caso do grupo terrorista palestino chamado Hamas. Por fim, a conclusão deste trabalho será a averiguação de qual das perspectivas que suporta o teste empírico de forma mais precisa e realista.

1. O TERRORISMO NA HISTÓRIA E SEUS CONCEITOS

O terrorismo, enquanto fenômeno político, não é recente. Segundo David Rapoport no artigo "*Fear and trembling: terrorism in three religious traditions*" (1984) o terrorismo se faz presente desde o primeiro século da Era Comum, com os *zealot-sicarii*. Esse grupo terrorista de tradição judaica tinha como uma de suas principais características objetivos messiânicos, fazendo releituras de eventos importantes do período de fundação da sua religião para encontrar precedentes de como agir. Os sicários utilizavam como principal arma a adaga e, apesar de existirem por apenas 25 anos, foram um grupo de extrema importância histórico-religiosa para os judeus (RAPOPORT, 1984).

Baseados em crenças apocalípticas sobre a chegada do messias e o fim do mundo, os sicários tinham dois objetivos claros: tornar a opressão romana, que ocupava a região da Judeia e subordinava tanto judeus quanto gregos, insuportável¹; e frustrar toda tentativa de reconciliação entre as partes (RAPOPORT, 1984). De acordo com as tradições judaicas, uma série de enormes catástrofes seriam sinais da iminência do messias. Apesar dos textos judaicos colocarem que apenas Deus poderia apontar o dia da redenção, acreditava-se que poderiam adiantar o processo por meio de orações, martírios e, quando se tem a expectativa da chegada do Messias sob o contexto de dominação militar de outro povo, atos de força. Segundo o autor, eles foram bem-sucedidos. O uso de táticas terroristas fazia com que os romanos, gradativamente, virassem-se cada vez mais para a população com lanças e escudos, reprimindo os menores sinais de desobediência. Dessa forma, os sicários conseguiram incentivar grandes e numerosas insurreições que resultaram no extermínio de judeus no Egito e no Chipre e no exílio dos judeus da terra santa – algo que marcou profundamente o imaginário coletivo religioso e que permanece como uma cicatriz até os dias atuais (RAPOPORT, 1984).

Rapoport (1984) ainda investiga e detalha as operações e características de outros dois grupos terroristas, os *thugs* e os *assassins*, que atuaram nos séculos VII e XI na Índia e na Síria, respectivamente.

Não se sabe exatamente quando que os *thugs* surgiram, mas há fortes evidências da sua atuação a partir do século VII até o século XIX. Ao contrário da noção moderna de terrorismo, em que é preciso que haja uma propaganda da causa

¹ Segundo Mendes (2014) esse tipo de propósito de guerra tende a caracterizar guerrilhas, não terrorismo.

do grupo, os *thugs* atuavam de maneira discreta, quase secreta, em que cidadãos comuns não suspeitavam que estavam interagindo e conversando com *thugs* diariamente, pois o grupo tinha o propósito de causar terror apenas em suas vítimas – contudo, toda a população conhecia e temia a ameaça dos *thugs* – por prazer e para honrar o nome do deus Kali, o deus hindu do terror e da destruição. Assim como os sicários, os *thugs* tinham uma maneira específica de matar suas vítimas: estrangulamento. Isso se dá devido à uma parte da mitologia hinduísta em que o inimigo de Kali só poderia ser derrotado sem derramamento de sangue, o deus utiliza um pedaço de pano para estrangular seu adversário, matando-o (RAPOPORT, 1984).

Por fim, o terceiro grupo trabalhado por Rapoport (1984) são os assassinos. O principal objetivo dos assassinos era a purificação do islã e a criação de uma comunidade cujas instituições políticas e religiosas fossem inseparáveis. Diferentemente dos *thugs*, cuja preocupação principal era a adoração ao deus, os assassinos possuíam preocupações com a esfera terrestre da vida, não somente com sua recepção no divino. O autor afirma que, apesar do baixo número de mortes causados pelos assassinos, eles posavam como uma grande ameaça aos governos de diversos Estados, pois seus alvos eram assassinados em locais de adoração e cortes reais, em dias sagrados. A determinação e disciplina dos assassinos eram admiradas, pois atuavam de maneira a assassinar seus alvos a curta distância – tinham a adaga como principal arma – e não tentavam escapar, caso fossem descobertos. Robert Pape em seu livro *“Dying to Win: the strategic logic of suicide terrorism”* (2006) considera os assassinos como uma forma primitiva de seu objeto de estudo principal: o terrorismo suicida moderno.

Contudo, o conceito de terrorismo utilizado para caracterizar os três grupos trabalhados por Rapoport (1984) não é o utilizado para caracterizar os atuais grupos terroristas. Conforme o tempo foi passando e processos históricos foram se desenvolvendo, o termo “terrorismo” e “terror” passaram a ganhar conotações diferentes, como se houvesse uma evolução nos termos, uma mudança gradativa para adapta-los aos tempos e acontecimentos da humanidade.

Durante a Revolução Francesa, o termo “terror” passa a representar o regime legítimo implementado pela Revolução e, posteriormente, possibilitou a criação do termo “terrorismo” significando o abuso do poder político governamental (SPADANO, 2004). No final do século XIX o termo passou a ser associado com movimentos anárquicos e/ou de natureza antiestatal, como o grupo russo *Narodnaya Volya*

(“Vontade do Povo”), responsável pela morte do Czar Alexandre II (RAPOPORT, 2004). Já na década de 1920 o termo passou a caracterizar movimentos independentistas e anticoloniais que durou até a década de 1960, quando surgiu a “onda da Nova Esquerda” de natureza marxista. A última onda, como define Rapoport, é a do terrorismo religioso, associado às grandes religiões do mundo e que, se mantiver o padrão das ondas anteriores, terá seu fim na década de 2020 (RAPOPORT, 2004).

Hoffman (1998) já acredita que nos anos 1930 o terrorismo volta ao seu significado de repressão de Estados totalitários e líderes ditatoriais contra seus próprios cidadãos. Assim como já fora dito, Hoffman também averigua que após a Segunda Guerra Mundial o termo passou a caracterizar grupos revolucionários, nacionalistas, anticoloniais e étnico-separatistas – nessa época nasceu o grupo *Euskadi Ta Aksatasuna*² (ETA – “Pátria Basca e Liberdade”), o grupo terrorista moderno de maior longevidade e que tinha sua dissolução prevista para a primeira semana de maio de 2018 (O GLOBO, 2018).

Desde o fim do século XX, tem-se debatido bastante sobre o surgimento de questões que tornaram ainda mais complexo o significado e uso do termo terrorismo. No passado, organizações que utilizavam de técnicas consideradas terroristas eram de fácil identificação, com um comando central, uma estrutura hierárquica clara e objetivos bem-definidos. Contudo, com o surgimento de grupos antiestatais, nacionalistas e étnico-separatistas, o termo passa a caracterizar organizações e movimentos de estruturas fluidas, mais horizontais, menos coesas e de influências religiosas (SPADANO, 2004).

As ondas de Rapoport (2004) são respaldadas pela realidade, visto que diversos grupos nacionalistas ou de inspiração étnica nasceram após a Segunda Guerra Mundial, visando a autodeterminação dos povos e a criação do seu próprio Estado. Ademais, durante a década de 1980 e sob o contexto de fim da Guerra Fria, há o surgimento de diversos grupos terroristas de motivação e filiação religiosa – como o Hamas (“Movimento de Resistência Islâmica”) em 1987 (HROUB, 2008).

A preocupação de Rapoport em seu artigo de 1984 era com relação à caracterização do terrorismo conforme as tecnologias dispostas – como seus

² ETA é o acrônimo de *Euskadi Ta Aksatasuna* (Pátria Basca e Liberdade), uma organização nacionalista armada, criada em 1959 contra a forte repressão da ditadura militar espanhola, sob comando do general Franco, cujo principal objetivo era a independência do país basco (BBC, 2017).

contemporâneos argumentavam. Contudo, seus apontamentos podem servir como base comparativa com o terrorismo atual e permitiu a criação de um conceito melhor elaborado. Além disso, aponta características milenares do terrorismo, como o efeito psicológico em grandes populações. Ademais, sua ênfase no terrorismo de base religiosa é útil para entender comparativamente as origens da quarta onda do terrorismo (RAPOPORT, 1984; RAPOPORT, 2004).

Todos esses eventos históricos marcam e influenciam a construção de um conceito de terrorismo e o debate acadêmico para uma definição final ainda está em vigor. É importante enfatizar que a falta de consenso na elaboração de um conceito definitivo para os termos possui consequências nas elaborações de políticas de segurança, visto que é preciso delimitar e definir qual a ameaça a ser enfrentada e/ou prevenida antes de definir qual política será adotada. Jenkins (1980) e Gibbs (1989) atentam para a natureza pejorativa que o termo possui e para o seu uso enquanto arma política, visto que:

o que se denomina terrorismo, assim, parece depender do ponto de vista. O uso do termo implica um julgamento moral; e se uma parte puder com sucesso rotular como terrorista seu oponente, terá indiretamente persuadido outros a adotar seu ponto de vista moral (JENKINS, 1980, apud SPADANO, 2004, p. 68).

Diante desta dificuldade, serão apresentados dois autores que se debruçam sobre o terrorismo enquanto objeto de estudo e contribuem significativamente para o debate.

2. EDIFÍCIO TEÓRICO: ROBERT PAPE X EUGÊNIO DINIZ

Nesta seção serão reconstruídos os edifícios teóricos que serão utilizados no embate de perspectivas. Serão contraposto as ideias de Robert Pape frente à Teoria da Guerra, cujo representantes serão, principalmente, Eugênio Diniz e Carl von Clausewitz.

Robert Anthony Pape Jr. é um cientista político estadunidense, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago, cuja área de expertise é a de Segurança Internacional. Sua obra *“Dying to Win: the strategic logic of suicide terrorism”* (2006) é resultado de anos de pesquisas profundas e, antes de se tornar um livro, foi contemplada em um artigo da *American Political Science Review* em 2003. Apesar de se limitar em debater sobre o terrorismo suicida, sua obra é frequentemente utilizada como evidência da eficácia do terrorismo em atingir seus objetivos políticos³ (ABRAHMS, 2006).

Para Pape, o “terrorismo é o uso da violência por um ator não-governamental para intimidar ou assustar um público-alvo” (PAPE, 2006, p. 9) e geralmente tem dois propósitos: angariar apoio e coagir oponentes. Seu principal curso de ação é atacar a sociedade civil de um Estado, aumentando os custos de resistência até um nível que o Estado considera insuportável e acaba cedendo às demandas do grupo. Essa estratégia é chamada de Punição (PAPE, 2006; PAPE, 1996).

Pape trabalha especificamente com o que ele chama de “terrorismo suicida moderno”. O termo “moderno” é utilizado porque sua pesquisa se limita aos atentados terroristas do período entre 1980 e 2003. O autor não se delonga sobre os motivos de utilizar o termo moderno, mas nada nos leva a crer que o termo está relacionado ao uso de novas tecnologias bélicas ou de comunicação. O termo “suicida”, por sua vez, traduz a ideia de que o indivíduo não espera sobreviver ao atentado, não pretende escapar e o autor só considera atentados em que o indivíduo concluiu sua missão (PAPE, 2006).

O terrorismo suicida moderno possui um conjunto de características, sendo elas: 1) os grupos terroristas são mais fracos que seus oponentes – Estados; 2) o objetivo político do grupo é apoiado por uma porção da comunidade nacional; 3) os

³ Na página 9 de sua obra, Pape (2006) diz que sua pesquisa serve para “criar uma teoria geral do terrorismo suicida moderno”, mas que não cabe para o terrorismo convencional.

indivíduos possuem elevado grau de camaradagem e devoção aos líderes dos grupos terroristas; 4) os grupos possuem ritos de iniciação que aumentam o comprometimento de um indivíduo; 5) grupos podem receber assistência material de Estados que tem aspirações políticas em comum, mas geralmente são independentes; 6) o terrorismo suicida moderno é altamente letal⁴ (PAPE, 2006).

Para Robert Pape (2006), o terrorismo suicida moderno possui uma lógica estratégica, social e individual. O seu livro é dividido em três partes, cada uma responsável em detalhar as lógicas acima referidas. A lógica estratégica consiste, basicamente, na eficácia do terrorismo suicida moderno. Ou seja, existe lógica estratégica porque o terrorismo suicida moderno alcança parcial ou completamente o objetivo político desejado pelo grupo⁵.

Para entender porque o terrorismo funciona, o autor argumenta que um grupo utiliza do terrorismo para coagir um Estado a tomar uma decisão, utilizando da estratégia de Punição. A coerção entre Estados é geralmente originada do Estado mais poderoso, mas pela perspectiva do terrorismo, a origem da coerção acontece na parte mais fraca. Como os grupos terroristas são incapazes de neutralizar a capacidade de resistência do Estado (estratégia chamada de Negação), resta utilizar da Punição⁶. A estratégia da Punição pode ser entendida como o ataque a alvos civis visando uma revolta popular que pressionaria o governo a ceder a uma demanda ou se retirar de uma guerra (PAPE, 1996). O poder coercitivo de um grupo aumenta com a disposição do auto sacrifício de um indivíduo, pois é uma demonstração de comprometimento que dribla ameaças de retaliação e porque é um sinal custoso⁷ (PAPE, 2006).

Estados democráticos são, normalmente, os alvos do terrorismo suicida. Isso se dá devido à vulnerabilidade à Punição coercitiva, pois acredita-se que aumentando os custos de resistência, ou seja, desferindo golpes à população civil daquele Estado,

⁴ Segundo o autor, atentados terroristas suicidas correspondem a apenas 3% de todos os atentados terroristas dentro do período demarcado, mas contabilizam 48% das mortes causadas (PAPE, 2006).

⁵ Há limites para a concessão dos Estados, pois o autor afirma que Estados só cedem ao terrorismo em questões que não são tidas como vitais para a economia e segurança nacional (PAPE, 2006).

⁶ Robert Pape (1996) sugere outras duas estratégias: Decapitação e Risco. A estratégia da Decapitação consiste no assassinato de oficiais de alto escalão ou políticos influentes para a condução da guerra, na esperança de que a morte deles resultaria numa desorganização generalizada, enfraquecendo o inimigo. Por outro lado, a estratégia chamada Risco consiste no aumento gradativo dos custos de resistência ao atacar plantações, setores energéticos ou de transporte, sistema de distribuição de água, entre outros (PAPE, 1996).

⁷ Sinais Custosos, segundo Paul K. Huth (1999), são ações que aumentam, concomitantemente, o risco de conflito e o custo de reconsideração – reforçando o comprometimento à causa.

parte da população irá se rebelar contra o governo e demandar o cessar da resistência (PAPE, 2006).

Um segundo motivo para atacar Estados democráticos é a restrição do uso da força. Um Estado é mais forte que qualquer grupo terrorista e o que o impede de tomar um conjunto de ações incisivas e contundentes para eliminar o grupo é a baixa tolerância do uso da força que sua população permite. Além disso, caso um Estado ignore essa baixa tolerância e utilize a força de maneira mais aguda, ele pode ser visto como antidemocrático. Há consequências internacionais para Estados não-democráticos e, tendo isto em mente, há uma preocupação em manter sua própria imagem como um Estado que respeita a democracia (PAPE, 2006). Por fim, Pape (2006) argumenta que em governos não-democráticos o controle de informações e censura estatal dificultaria a divulgação do grupo.

Raramente atentados de terrorismo suicida são eventos isolados, pois na maioria das vezes o grupo terrorista organiza uma campanha de atentados e só se encerra tal campanha quando se alcança parcial ou completamente o objetivo, ou quando se considera que o esforço foi em vão. Dito isso, é importante enfatizar que uma campanha é anunciada ou encerrada, via manifesto ou discurso, pelo líder do grupo terrorista (PAPE, 2006).

O terrorismo suicida moderno é uma estratégia de alto risco, pois há um *trade-off* entre a obtenção de poder coercitivo e o apoio popular do grupo. Dito de outra maneira, quanto mais violência se usa num atentado terrorista, menor é a capacidade de convencer novas pessoas a se juntar ao grupo e/ou defender a causa, visto que a violência é malquista na maioria das populações mundiais (PAPE, 2006).

Mas o que levaria um grupo de pessoas a utilizar de táticas suicidas? Segundo Robert Pape (2006), o terrorismo suicida surge quando se faz presente duas variáveis: o esgotamento de outras opções e a ocupação de um território, tido como pátria, por uma nação estrangeira de religião diferente. Ocupação é definido aqui como a presença de recursos coercitivos – tais como o exército, forças armadas e unidades de polícia –, controlados fora do território por uma nação democrática de religião diferente, fortes o suficiente para influenciar decisões políticas e impedir manifestações populares (PAPE, 2006).

O autor acredita que o terrorismo suicida é o *last resort*, a última opção possível, pois uma ocupação pressupõe uma assimetria de poder entre as forças locais e as estrangeiras, eliminando virtualmente modos de resistência civil e militar

convencional. Quando há resistência, normalmente ela se dá em forma de guerrilha. É comum que guerrilhas, diante da sua incapacidade de alcançar seu objetivo e frustrados com seu propósito, deixem de atuar visando autodeterminação, para realizar ataques deliberados contra inocentes associados aos estrangeiros. Isso acontece devido sua fraqueza em comparação às forças militares convencionais, então elas atuam a diminuir a força destas gradualmente. Caso as guerrilhas sejam capazes de retirar as forças ocupantes, elas deixam de ter razão de ser e se desmantelam. Caso as guerrilhas não consigam, se veem diante da escolha de aceitar a derrota ou aumentar o grau de violência – transformando-se, potencialmente, em grupos terroristas (PAPE, 2006).

O autor se pergunta: por que há ocupações que resultam em terrorismo suicida – como o Hezbollah⁸ – e outras que não – como o ETA –? O principal motivo é que o espírito nacionalista da nação invadida é inflado em intensidades diferentes quando a invasão é realizada por uma nação de uma religião diferente daquela do local invadido. É nesse aspecto que pode se resumir a lógica social do terrorismo suicida. O autor enfatiza que motivações religiosas são muito importantes para que se explique o terrorismo suicida, como sugere pesquisas anteriores, mas que é o sentimento de pertencimento a um território e a noção de defesa da pátria que é a força-motriz por trás do terrorismo suicida (PAPE, 2006).

Embora ocupação de qualquer território por forças estrangeiras aumente as chances de resistência e sentimentos nacionalistas, isso é escalado e mais forte quando o território é considerado como terra pátria. O governo do território ocupado perde a capacidade de proteger os interesses políticos, sociais e econômicos dos seus membros e os ocupantes podem ameaçar a capacidade de perpetuação das características básicas daquele povo ou daquela nação, colocando a identidade nacional em risco. Dada essa situação, despertam-se sentimentos nacionalistas e patriotas em pessoas já consideradas patriotas, mas também em pessoas que possuíam pouca conexão com a nação, pois há uma clara distinção entre *nós* e *eles* que é reforçada pelo fato da força ocupante ser estrangeira (PAPE, 2006).

A identidade nacional está sempre relacionada à comparação de um país com outro e relacionada a um momento específico da história (países em guerra tendem a

⁸ O Hezbollah é uma organização de atuação política e militar criada em 1985 como resposta à invasão israelense de 1982 no Líbano. O braço militar da organização é tido como terrorista pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e por Israel, assim como outros países ocidentais (JAMAIL, 2006).

se ver negativamente em comparação com os mesmos países em tempos de paz). A identidade nacional não se resume a objetivos, história, linguagem, crença, costumes e instituições em comum da população, mas também diz respeito à autoimagem que possuem sobre si e que acreditam que os separam do restante do mundo (PAPE, 2006).

Quanto maior a diferença entre a identidade da força estrangeira e a identidade da população local, maiores as chances de a força estrangeira ser vista como alienígena, mais chances do medo da ocupação se tornar uma mudança radical e irreversível das características nacionais e mais as chances da população lutar contra essa ocupação, independente dos custos e meios possíveis/necessários. Por mais que o estrangeiro não utilize de sua força para alterar as características nacionais, é considerado que ele possua um poder em potencial com essa capacidade e, portanto, é considerado como uma ameaça. Dessa forma, espera-se maior resistência e, conseqüentemente, maiores chances de ocorrer terrorismo suicida (PAPE, 2006).

Como já anunciado anteriormente, a religião exerce uma função essencial na diferenciação entre o *nós* e *eles*, pois a diferença religiosa suscita medos e um sentimento de irreversibilidade caso a força ocupante consiga de fato mudar as características nacionais. As religiões também costumam estar no cerne da fundação histórica da nação, assim como é uma base para os valores e princípios que regem aquela cultura, fazendo com que mesmo indivíduos não-religiosos temam a ocupação estrangeira⁹ (PAPE, 2006).

Há três fatores que intensificam resistências nacionais e encorajam o apoio das massas ao terrorismo suicida:

- 1) Conflitos de Soma-Zero: a presença de diferenças religiosas coloca o conflito como um jogo de soma-zero, em que não há espaço para um meio-termo. A força estrangeira é vista como capaz de redistribuir recursos e, conseqüentemente, alterar as relações de poder dentro daquele território. Temendo que haja uma distribuição de poder e de recursos que prejudique a população autóctone, há incentivos para caracterizar o conflito como um

⁹ É importante dizer que a religião tem um papel muito mais social do que político, ou seja, ela é usada para demonizar inimigos, inflamar o espírito de luta e para angariar apoiadores. A maioria dos atentados terroristas são realizados por grupos seculares ou com pouca ligação com a religião predominante no país de origem (PAPE, 2006).

jogo de soma-zero, sendo o recuo dos estrangeiros de uma região como o maior indicador de vitória para os ocupados;

- 2) Demonizações: existe a crença de que o inimigo é moralmente inferior assim como militarmente perigoso e, portanto, deve ser lidado rispidamente. A força ocupante é caracterizada como incapaz de compreender os dogmas, práticas e costumes da religião autóctone, sendo motivo o suficiente para que a força ocupante justifique abusos de poder, intolerância religiosa e assassinatos. De forma resumida, o estrangeiro é caracterizado como “forças demoníacas”. Nesse sentido também se fortalece os símbolos religiosos (como mesquitas, igrejas, monastérios e estátuas), intrinsicamente ligados à história e cultura local, que se tornam pontos focais durante uma ocupação, justamente por não ter semelhanças com a religião estrangeira;
- 3) Legitimidade para Martírios: diferenças religiosas tendem a dar grande credibilidade para atos extremos, como o suicídio em prol da nação. Apesar da maioria das religiões condenarem o suicídio, a prática pode ser permitida caso as mesmas regras que a proíbem possam ser reinterpretadas para torná-la um martírio. A diferença religiosa permite essa reinterpretação por dois motivos: a) a retórica utilizada para mobilizar apoio normalmente possui características religiosas (mesmo que o grupo seja secular), pois “martírio” é um termo essencialmente religioso; b) a própria diferença religiosa promove a reinterpretação, pois o martírio religioso é tido como “alguém sendo assassinado por uma pessoa de outra fé – hostil à da vítima” (PAPE, 2006, p. 91);

Dessa forma, aumenta-se a disposição das massas em apoiar movimentos de resistência; aumenta-se o apoio de assassinatos de membros da comunidade estrangeira – mesmo aqueles tidos como inocentes; e convence-se os indivíduos de que é necessário assassinar o máximo de estrangeiros possível (PAPE, 2006).

Por fim, para explicar a lógica individual do terrorismo suicida o autor trabalha a questão do suicídio enquanto fenômeno social, baseando-se amplamente nos trabalhos do sociólogo Émile Durkheim. Segundo Durkheim, existem três tipos de suicídio: egoísta, altruísta e fatalista. O primeiro é aquele em que o indivíduo se sente amplamente desconectado da sociedade e possui altos índices de angústia e ansiedade. É o tipo de suicídio mais comum no mundo. O segundo tipo é o que o

suicida se sente amplamente ligado à um grupo social e tende a se sacrificar pelo bem comum, acreditando que sua morte possa salvar ou diminuir a dor dos que ele deixar para trás. Esse tipo de suicídio é comum entre forças armadas. O terceiro tipo é restrito aos grupos e seitas secretas em que se estimula suicídios coletivos. Robert Pape afirma que aqueles que cometem atentados de terrorismo suicida são pessoas que normalmente possuem uma boa vida, com emprego, são escolarizadas, possuem alto grau de territorialidade e pertencimento à uma comunidade e fazem parte de organizações e instituições da sua cidade ou comunidade. Dessa forma, o tipo de suicídio consiste principalmente no suicídio altruísta¹⁰ (PAPE, 2006).

A pesquisa de Pape é importante porque contrapõe a ideia de que o terrorismo é oriundo da pobreza, da desigualdade social ou do desconforto causado devido a diferença entre economias mundiais (KRUEGER, 2007), mas também porque vai de encontro com a ideia de que o terrorismo suicida surge daqueles indivíduos que são tidos como excluídos da sociedade, que possuem dificuldade de formar e manter laços humanos, que não se encaixam com os valores e princípios da cultura na qual estão inseridos (HUDSON, 1999).

Pape pesquisa todos esses elementos e critérios e, assim, consegue oferecer uma teoria geral do terrorismo suicida. Sua pesquisa o levou a concluir que o terrorismo suicida segue um caminho linear de escalada de violência, sendo esse caminho o seguinte: um Estado democrático ocupa um território considerado terra pátria, em que não há coincidência de religião → sentimentos nacionalistas ascendem devido às diferenças religiosas → a sociedade local passa a enxergar a violência como um recurso legítimo de autodeterminação → a sociedade local passa a apoiar martírios em prol da nação → tensões levam à utilização do terrorismo suicida como uma última opção (PAPE, 2006).

Após a exposição do argumento de Pape, é preciso construir o argumento teórico dos seus adversários no embate proposto nesta monografia. Como Eugênio Diniz se apoia amplamente na Teoria da Guerra de Clausewitz, este será apresentado primeiro. Por fim, será completado com as contribuições e conclusões de Diniz.

Clausewitz (1993) se propôs em sua obra “Da Guerra”, originalmente publicada em 1832, em estudar o fenômeno da guerra e parte da pergunta basal para entender

¹⁰ Robert Pape (2006) dedica um capítulo inteiro para analisar as informações disponíveis de três terroristas que cometeram suicídio. Nenhum dos analisados é considerado uma pessoa frustrada com a vida ou malsucedida.

o fenômeno: o que é a guerra? Clausewitz afirma que a guerra é um ato de força para compelir o nosso oponente a fazer a nossa vontade. A guerra não é um ato de força sem sentido, ou de sentido em si mesmo; é um ato de força para produzir uma vontade (CLAUSEWITZ, 1993).

O autor então deriva do conceito três interações lógicas: i) não existe limite lógico para a quantidade de força aplicada. Caso um dos lados moderar deliberadamente o uso de força, o outro irá aproveitar desse momento e estará em vantagem; ii) o propósito ideal da guerra é desarmar o oponente, deixa-lo sem condições de contra-atacar e perpetuar a guerra, colocando a urgência em desarmar o oponente antes que seja desarmado; iii) há sempre o incentivo para se usar o máximo de força disponível (CLAUSEWITZ, 1993; MENDES, 2014). A relação dessas três interações é o que o autor chama de guerra absoluta.

Contudo, ao se virar para a história e a realidade, o autor percebeu que haviam diferenças entre as guerras reais e as absolutas. A primeira dessas diferenças é que a guerra real não é um evento isolado do contexto político. A segunda grande diferença é que a guerra não é um “gigantesco espasmo de violência, um choque único de todo o montante de energia e recursos mobilizáveis pelos contendores” (MENDES, 2014, p. 99), no qual tudo se resolve num único combate. A terceira diferença é que os resultados da guerra nunca são finais, ou seja, o derrotado não permanecerá com esse título eternamente (CLAUSEWITZ, 1993).

Segundo Mendes (2014) a diferença entre guerra absoluta e guerra real se dá devido à suspensão da ação nas guerras reais. Considerando que o cessar de atividades colocaria um dos lados em desvantagem numa guerra absoluta, não faz sentido que ele suspenda a ação. Contudo, Clausewitz (1993) descobriu que essa suspensão se dá porque o ataque a defesa são formas qualitativamente diferentes de se conduzir a guerra. A defesa é sempre mais forte que o ataque porque possui duas vantagens: i) a vantagem da espera: o *status quo* atual favorece a defesa, não é o defensor que visa alterar as condições da realidade; ii) vantagem da posição: por ser aquele que está defendendo, que suspende a ação, o defensor tem à sua disposição recursos imóveis que o atacante não possui. Dito de outra maneira, durante uma guerra, um indivíduo ora é um atacante, ora é um defensor, pois há momentos em que se favorece o ataque e momentos em que se favorece a defesa. Dessa forma, há a suspensão da ação porque o defensor visa utilizar de tais recursos e vantagens que possui (CLAUSEWITZ, 1993).

Explicado as motivações para se terem suspensões na guerra e, conseqüentemente, a constatação de que a guerra é formada por vários confrontos e combates, é preciso se ter em mente as considerações sobre como travar cada combate e a importância de cada um para a progressão da guerra. Clausewitz chama de *tática* aquelas considerações e decisões tomadas para se travar cada combate, enquanto *estratégia* diz respeito “ao uso do combate – ou seus resultados – para a consecução do propósito da guerra” (PROENÇA Jr & DINIZ, 2006 apud. MENDES, 2014, p. 100).

A política possui uma grande influência na condução de uma guerra. A guerra não tem sentido nela mesmo, ela é um instrumento da política. A guerra é a continuação da política por outros meios. Não obstante, a política também influencia no encerrar da guerra. As guerras que se encerram com um acordo de paz, mesmo que ambos os combatentes possuam recursos e forças para continuar o conflito, é chamada de guerra limitada. Por outro lado, as guerras que só se encerram com o desarme ou destruição do inimigo é chamada de guerra ilimitada. O objetivo e condução política da guerra é quem determinam qual o tipo de guerra se está travando (CLAUSEWITZ, 1993).

Por fim, o último aspecto da Teoria da Guerra que é preciso explanar é a chamada *trindade esquisita* composta por paixão, sorte e razão. Clausewitz diz:

A guerra é um verdadeiro camaleão, que adapta suas características ligeiramente a cada caso particular. Enquanto fenômeno integral, suas tendências dominantes sempre fazem da guerra uma trindade paradoxal – composta por violência primordial, ódio e inimizade, que podem ser tratadas como uma força natural, cega; do jogo do acaso e de probabilidades, onde o espírito criativo pode enveredar livremente; e de seu elemento de subordinação, de instrumento político, que a faz subordinada apenas à razão.

O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente ao povo; o segundo ao comandante e à sua força; o terceiro ao governo. As paixões que devem ser inflamadas na guerra já devem estar presentes no povo; o alcance que a coragem e o talento terão no campo das probabilidades e do acaso depende do caráter particular do comandante e de sua força; mas os objetivos políticos são província do governo (CLAUSEWITZ, 1993, p. 101).

Como já foi dito, Eugênio Diniz se apoia na Teoria da Guerra de Clausewitz, portanto muitos das características que podemos enxergar na Teoria podem ser observadas nas contribuições de Diniz. O principal esforço de Diniz no seu artigo “*Compreendendo o fenômeno do terrorismo*” (2004) é fornecer uma definição de terrorismo que seja satisfatória, que seja fiel ao fenômeno político e que evite definições que carregam o sentido pejorativo do termo.

Eugênio Diniz (2004) faz um grande esforço para tentar encontrar um consenso do que definiria o termo e o que caracterizaria um grupo ou indivíduo como terrorista. O autor parte do conceito de Thomas Schelling que diz que o terrorismo é “o uso da violência e do medo para atingir um fim” (SCHELLING, 1982, apud DINIZ, 2004, p. 2). A partir dessa primeira definição, Diniz procura listar outros conceitos e averiguar quais as similaridades e diferenças neles. Além disso, busca elaborar um conceito que seja aceito amplamente pela academia. A definição de Schelling é considerada vaga e ampla, muito suscetível à ambiguidades e imprecisões, por isso é imperfeita e não é a utilizada por Diniz (DINIZ, 2004).

O autor afirma que é necessário relacionar os meios e fins do terrorismo para que assim possamos distinguir ações com meios semelhantes, porém de fins distintos; e distinguir ações com meios distintos, mas de fins semelhantes de ações terroristas. Uma característica comum nas definições de terrorismo é o emprego ou a ameaça de emprego da força física de uma maneira indiscriminada, visando causar o efeito psicológico chamado terror. Segundo Diniz (2004), quando comparamos a destruição material de um atentado com o efeito psicológico causado por ele, o mais importante a se levar em consideração é o efeito psicológico. Eis uma das principais diferenciações do terrorismo, pois o que importa é o terror causado pelo emprego ou ameaça de emprego do uso do terror.

Contudo, o autor atenta para o fato de que existem maneiras não-terroristas de se usar o terror. Como diferenciar uma situação de uso político terrorista do terror de uma situação de uso político não-terrorista do terror? Segundo Diniz (2004), a diferença está na vinculação entre o uso do terror (meio) e a produção do objetivo político (fim). Quando esta vinculação é direta, tem-se uma situação de uso político não-terrorista do terror; quando a vinculação é indireta, tem-se uma situação de uso político terrorista do terror. Isso se dá porque o terrorismo é essencialmente um estratagema do fraco, daquele que não consegue impor suas demandas ao público-alvo, que necessita mudar a relação de poder para que consiga mudar a realidade (DINIZ, 2004).

Dessa forma, o conceito de terrorismo desenvolvido por Diniz é:

[...] o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que

emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político – qualquer que este seja (DINIZ, 2004, p. 19).

Essa definição é adequada, pois permite a diferenciação de atos terroristas de outras atividades em que se usa a violência, como guerras, guerrilha e crimes comuns e porque permite que haja um modelo de combate ao terrorismo (SPADANO, 2004).

Feito o esforço de reconstruir o edifício teórico dos dois lados do embate, agora é preciso apontar semelhanças e divergências sobre o tema. A primeira e principal semelhança entre as perspectivas é a constatação que o terrorismo é a opção do fraco, daquele que não possui forças o suficiente para mudar o *status quo* com forças ou meios regulares. Similarmente, Pape e Diniz deixam a entender que é possível haver terrorismo de Estado ou entre outras entidades/instituições – como entre grupos terroristas – mas que a maioria dos casos é um embate entre um grupo terrorista e um Estado (PAPE, 2006; DINIZ, 2004).

Ambos consideram que o conceito pode ser utilizado como arma política devido ao seu sentido pejorativo historicamente construído. As duas perspectivas consideram que o grupo terrorista se preocupa em divulgar a causa e, concomitantemente, conseguir novos adeptos, angariar apoio nas populações. O povo e a nação são de fundamental importância para o terrorismo, pois eles são o objeto político – enquanto alvos – e a fonte de recursos, recrutas e apoiadores, caracterizando a *paixão* da trindade clausewitziana (PAPE, 2006; DINIZ, 2004).

Todos os autores trabalhados concordam que há indiscriminação quanto ao alvo dos atentados terroristas, assim como concordam que todo grupo terrorista possui um objetivo político estabelecido que justifica sua atuação. Por fim, ambas as perspectivas concordam que o terrorismo é extremamente arriscado e utilizado quando se há um senso de urgência.

Contudo, há muitas diferenças entre elas. Enquanto Eugênio Diniz (2004) afirma categoricamente que a destruição material e o número de mortes são irrelevantes quando comparado ao efeito psicológico (terror) causado, Robert Pape (2006) tende a focar no número de mortes como parâmetro para a obtenção do objetivo político. Ou seja, Pape acredita que a destruição material, materializada pela estratégia da Punição, é diretamente proporcional à probabilidade de concessão por parte do Estado. Ademais, Pape considera que o grupo terrorista é capaz de atingir parcial ou completamente seu objetivo político, enquanto Diniz considera que é preciso, primeiro, haver uma mudança na relação de poder entre os lados da disputa

para que, só assim, o grupo terrorista consiga atingir seu objetivo (PAPE, 2006; DINIZ, 2004).

Enquanto Robert Pape dá uma ênfase ao terrorismo enquanto uma resposta a uma ocupação estrangeira, com a religião como um catalisador e variável importante, Eugênio Diniz não busca uma origem do fenômeno.

Por fim, uma importante diferença entre as perspectivas diz respeito ao combate ao terrorismo. Robert Pape afirma que toda campanha terrorista precisa ser anunciada ou encerrada, via manifesto ou discurso do líder do grupo terrorista. Dessa maneira, o grupo deixa claro sua intenção, o motivo para utilizar do terrorismo e o que busca alcançar com tais atitudes. O Estado que visa acabar com o terrorismo, ou fazê-lo cessar as atividades, precisa conceder parcial ou completamente à demanda do grupo ou se retirar da região ocupada (PAPE, 2006). Diniz, por outro lado, acredita que o anúncio do propósito e objetivo do grupo é um erro crítico, pois dessa maneira fica fácil frustrar o grupo e negá-lo de atingir seu objetivo (DINIZ, 2004).

Como pode ser observado, as perspectivas possuem algumas semelhanças e diferenças. A hipótese desta monografia é que o terrorismo não alcança seu objetivo político. Portanto, parte-se da perspectiva de Eugênio Diniz.

A próxima seção do trabalho busca recontar a história do grupo terrorista Hamas, apresentar uma recapitulação da sua atuação militar e seus resultados, aplicar ambas as teorias e averiguar qual delas se sai melhor para explicar a realidade.

3. ESTUDO DE CASO: HAMAS

O Movimento de Resistência Islâmica (Hamás) foi criado oficialmente por membros Irmandade Muçulmana¹¹ palestina em 1987, dias após a primeira intifada¹² – revolta popular palestina. A organização nasceu num momento de insatisfação com o Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah) e com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), pois estas duas organizações adotavam uma política de “preparar as [próximas] gerações para uma batalha” (HROUB, 2008, p. 39), enquanto uma outra visão e proposta sugeria uma política mais contundente, agir militarmente, para libertar a Palestina histórica. O Hamas é complexo e multifacetado, possuindo órgãos políticos, sociais, religiosos, culturais, de assistência populacional e, o mais importante para este trabalho, militar. Sua atuação militar é conhecida devido aos atentados de terrorismo suicida da década de 1990 e, por isso, é tido como um grupo terrorista pelos Estados Unidos, por Israel e boa parte da Europa. Apesar disso, o Hamas venceu as eleições da Autoridade Palestina em 2006 e, assim, ascendeu ao poder democraticamente (HROUB, 2008).

A Palestina Histórica é a porção de terras que hoje corresponde à Israel, à Faixa de Gaza e à Cisjordânia¹³. Segundo Hroub (2008), ali viviam harmoniosamente várias etnias e religiões antes da criação do Estado de Israel em 1948, apesar de ser palco de grandes batalhas e guerras históricas como as Cruzadas (1095 – 1291). A região é tida como pátria e/ou sagrada para vários povos, incluindo árabes, muçulmanos, cristãos, judeus e palestinos. O que antes era uma convivência harmoniosa, transformou-se em conflitos e tensões que permanecem até os dias de hoje.

A Palestina se tornou um mandato do Reino Unido durante a década de 1920 após a ruína do Império Otomano. Após os eventos que consistem na Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução, em 1947, que previa a criação de dois Estados: Israel e Palestina. Nesta resolução, delimitou-

¹¹ A Irmandade Muçulmana é um movimento de valorização da cultura islâmica que pretende retomar e disseminar os ensinamentos do Corão. A Irmandade, embora tenha uma postura moderada, é considerada a “mãe” de outros movimentos, como o Hamas e o Fatah (HROUB, 2008; SCHANZER, 2008).

¹² A intifada de 1987 – ou a Primeira Intifada – nasceu espontaneamente, mas depois foi influenciada e organizada pelo Hamas e outros grupos políticos da região, visando manter o espírito nacionalista e de descontentamento vivo o suficiente para agir politicamente. A revolta popular teve seu fim em 1993 com os Acordos de Oslo. (HROUB, 2008; SCHANZER, 2008).

¹³ A Cisjordânia não pertence *de jure*, segundo a lei internacional, a nenhum Estado desde que a Jordânia renunciou soberania do território em 1948 (HROUB, 2008).

se o território de ambos os Estados, porém a criação de Israel não foi aceita pelos Estados árabes da região cujo principal líder era o Egito (HROUB, 2008). Além disso, a divisão das terras férteis foi vista como assimétrica, pois a maior parte destas foi designada para o território de Israel, sendo que a população da Palestina era o dobro da israelense. As tensões causadas pela má distribuição de terras, a divisão assimétrica dos territórios e a criação do Estado de Israel levaram à guerra de 1948, dando início ao conflito árabe-israelense (ONU, 1979).

O conflito teve outros capítulos, como a guerra de 1967 e a de 1973, mas o mais relevante para a discussão do Hamas é a invasão do Líbano por forças israelenses em 1982. Israel justificou a invasão devido à morte do embaixador israelense do Reino Unido, Shlomo Argov, pois o país acreditava que a OLP tinha sido responsável pelo assassinato. Israel atacou Beirute e outras instalações da OLP no sul do Líbano (KAHALANI, 1993). Os responsáveis por criar o Hamas viram a inação da OLP e do Fatah como uma recusa e uma incapacidade de defender o interesse do povo palestino e, após a eclosão da primeira intifada, criaram o Hamas (SCHANZER, 2008).

Apesar de criticar duramente o posicionamento de “preparo das futuras gerações”, o grupo argumenta que esse esforço foi necessário, pois “os islamistas, nas décadas de 1960 e 1970, eram militarmente muito fracos e, num confronto infrutífero contra Israel, naquela época, eles seriam facilmente esmagados, não servindo nem à Palestina, nem ao Islã” (HROUB, 2008, p. 42). Dessa forma, o Hamas reconhece os esforços feitos por organizações e movimentos anteriores, mas reforça que o tempo de debate e passividade tinha passado (HROUB, 2008; SCHANZER, 2008).

O Hamas é um grupo que atua na Palestina como uma instituição de auxílio multifacetado para a população. Parte de sua organização é dedicada ao ensino e à educação secular da população, auxiliando escolas, lecionando disciplinas e ofertando atividades educacionais. Uma outra parte se dedica à medicina e ao atendimento à doentes e feridos. Similarmente à educação, o Hamas oferece unidades de consulta médica, aplicação de vacinas e atendimento de lesões e ferimentos (PAPE, 2006; HROUB, 2008; SCHANZER, 2008).

Somado às suas atuações na educação e saúde, o Hamas ainda promove eventos de valorização da cultura árabe-palestina e religiosa, pois acredita que há um valor inestimável nos seus costumes, hábitos, princípios, história, idioma,

fundamentos, religião e outros elementos culturais, necessários para o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seu lugar no mundo, ajudando a criar e manter a identidade palestina como um denominador em comum para seus habitantes (PAPE, 2006; HROUB, 2008).

Todo esse esforço se dá porque o Hamas é, essencialmente, um movimento nacionalista que visa a autodeterminação e a criação da Palestina enquanto Estado-nação. Segundo Hroub (2008), os objetivos iniciais do grupo, de quando fora criado, eram utópicos e demasiadamente vagos e superficiais. Dois deles era a libertação da Palestina histórica e a criação de um Estado islâmico. Contudo, cientes do contexto histórico em que viviam e com uma perspectiva mais realista, concreta, foram deixando o discurso utópico de lado e se viraram para objetivos de curto e médio prazo mais relevantes para o cotidiano e qualidade de vida da população palestina. Dessa forma, o Hamas deixou de ser um grupo ingênuo para se tornar uma instituição representativa de uma parcela do povo palestino (HROUB, 2008).

Apesar do caráter nacionalista ser o mais relevante, segundo Hroub (2008), o caráter religioso é também muito importante, tornando o Hamas:

uma combinação de movimento de libertação nacional e um grupo religioso islâmico. Em virtude de tal natureza, suas forças motrizes são duais, seu funcionamento diário é biaxial e seus objetivos são bifocais, onde cada lado de cada binário serve o outro (HROUB, 2008, p. 53).

Isso se dá devido ao entendimento de que é necessário difundir o Islã e resistir à ocupação israelense, duas maneiras de se atuar politicamente que são consideradas indissociáveis. O pensamento desejado e estimulado é o de que ao se engajar numa luta pela libertação da Palestina, o indivíduo estaria servindo ao Islã e, ao servir, estaria contribuindo para a libertação do território (HROUB, 2008).

O Hamas emitiu um Memorando Introdutório em 1993 cujo principal objetivo era esclarecer o que é o Hamas, o porquê de sua existência e como procura atuar nas várias esferas de agência possíveis. Sob o título “Estratégia do Movimento” o Hamas elenca alguns de seus objetivos políticos e especificidades do movimento quanto a sua atuação militar. Destaca-se, desta seção, três observações: i) o Hamas não enxerga o ocidente como um inimigo; ii) o Hamas não atua fora da região da Palestina; e iii) o grupo se considera antissionista (HROUB, 2008).

Estas observações são importantes porque determinam pontos-chave para a compreensão da atuação militar do grupo. A primeira observação implica dizer que,

ao contrário do que se acredita¹⁴, o grupo não é antiocidental, ele não busca a destruição dos valores, princípios e modos de se viver do Ocidente e, portanto, não o vê como o inimigo a ser combatido, o inimigo a ser derrotado (HROUB, 2008).

A segunda observação traduz o comprometimento do grupo para com a Palestina histórica, visto que “o campo de batalha com o inimigo é a Palestina” (HROUB, 2008, p. 49). Implica dizer que o grupo atua somente na área da Palestina histórica, não sendo responsável e nem interessado em atacar alvos fora da região, reafirmando seu comprometimento de resistência a uma ocupação (HROUB, 2008).

Por fim, a terceira observação destacada merece um pouco mais de detalhamento. Como dito anteriormente, a Palestina consistia numa área de convívio harmonioso entre diversas religiões distintas, inclusive a religião judaica. Tendo o Corão¹⁵ a considerar, o Hamas não nutre ódio ou sentimento de vingança contra a religião judaica. Por outro lado, “o estabelecimento de Israel por imposição e às custas dos palestinos nativos que ocuparam pacificamente aquelas terras por mais de 2000 anos” foi visto como “uma forma de ocupação colonial militar” (HROUB, 2008, p. 60). Dessa forma, o grupo não pode ser visto como antissemita, nem como anti-judaico, mas como antissionista (HROUB, 2008).

Apesar de suas políticas de bem-estar social e do discurso de resistência como resposta a uma ocupação, o Hamas é considerado como um grupo terrorista, por Israel, Estados Unidos, Reino Unido e Europa, devido aos ataques que perpetrrou principalmente durante a primeira década dos anos 2000.

Visando um tratado de paz entre palestinos e israelenses, representantes da OLP e de Israel realizaram reuniões secretas na cidade de Oslo na Noruega em 1993. As reuniões resultaram na elaboração dos chamados Acordos de Oslo que previa o cessar dos conflitos, a retirada gradual das tropas israelenses das regiões da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, a criação da Autoridade Palestina – que passaria a ser uma espécie de governo e representante de todo o povo palestino – de autonomia limitada, a suspensão de ataques terroristas e, depois de cinco anos de paz, a criação do Estado da Palestina (PAPE, 2006; HROUB, 2008).

¹⁴ A perspectiva que o Hamas é antiocidental se encontra no livro “*Hezbollah and Hamas: a comparative Study*” escrito por Joshua L. Gleis e Benedetta Berti (2012). O grupo também é visto como fanático e extremista, como afirma Pape (2006).

¹⁵ A tolerância e respeito aos judeus e cristãos são exigidas no Corão, visto que se reconhece raízes comum entre o judaísmo, cristianismo e islamismo no Antigo Testamento (HROUB, 2008).

Apesar dos Acordos de Oslo terem sido discutidos como um tratado de paz, o Hamas contestou o acordo em duas instâncias distintas. Antes das reuniões e durante o início delas o Hamas procurava contestar os Acordos porque firmá-los seria reconhecer Israel como um Estado, sendo assim resguardado pelo direito internacional (HROUB, 2008; BISHARA, 1999).

O segundo momento de contestação do Hamas foi após a assinatura dos Acordos de Oslo em setembro de 1993. Os acordos previam que Israel se retiraria gradualmente da Faixa de Gaza a partir de dezembro daquele ano, com término previsto para abril de 1994. Israel não obedeceu ao prazo estipulado e, em resposta, o Hamas inicia duas campanhas de terrorismo suicida contra Israel¹⁶ (PAPE, 2006). A primeira campanha seria composta por cinco ataques terroristas, mas após os dois primeiros, Israel retirou suas tropas da Faixa de Gaza e Hamas cessou os ataques (PAPE, 2006).

No ano de 1995 assinou-se os Acordos de Oslo II que compartilhava dos mesmos objetivos dos acordos anteriores, mas que delimitavam novos prazos para a retirada das tropas israelenses da Cisjordânia. Assim como nos anos anteriores, Israel não cumpriu com as datas estipuladas e Hamas respondeu com a segunda campanha de atentados de terrorismo suicida (HROUB, 2008; PAPE, 2006).

Algumas consequências dos Acordos de Oslo e da resposta do Hamas são dignas de destaque. A primeira delas é que o Estado da Palestina, que seria criado com a paz durante os cinco anos de governo da Autoridade Palestina, não se concretizou, resultando numa organização política precária e descentralizada (HROUB, 2008).

A segunda consequência marcante é a caracterização do Hamas como um grupo terrorista devido às campanhas que iniciaram e que marca a visão ocidental da instituição até os dias de hoje. Os líderes do Hamas, ao verem que o grupo foi considerado internacionalmente como terrorista, promoveram um distanciamento do braço armado do grupo da sua liderança política e de bem-estar social. Contudo, boa parte do apoio que o Hamas possui é devido suas atuações militares e as lideranças não se viram dispostas a abandonar a abordagem militar (HROUB, 2008).

¹⁶ Pape (2006) argumenta que as campanhas terroristas perpetradas pelo Hamas na década de 1990 tinham uma função dupla: sabotar a assinatura dos Acordos de Oslo II e a retirada das tropas israelenses da Cisjordânia.

Outra consequência para os Acordos de Oslo de 1993 é a criação do Conselho Legislativo Palestino em 1996 como desdobramento das eleições palestinas de 1994. A OLP e o Fatah, num governo compartilhado, ganharam as primeiras eleições e se mantiveram no poder até 2006. O Hamas, como sua origem indica, se postava como um contestador do governo, pois acreditava que, como eram resultado da assinatura dos Acordos de Oslo, não era representativa do povo palestino e decidiu não participar das eleições (HROUB, 2008).

Contudo, o Hamas foi deixando de ter uma postura tão agressiva e militar para, aos poucos, adotar uma perspectiva mais política e social. Com a grande popularidade adquirida devido à sua postura firme nos anos 1990 e por ser considerado um dos movimentos que inspiraram a segunda intifada (2000-2005), o Hamas chegou ao poder, eleito democraticamente, nas eleições de 2006 (HROUB, 2008). Contudo, no ano seguinte houve uma forte ruptura entre o Fatah e o Hamas que resultou na divisão da Autoridade Palestina, com o Fatah governando a Cisjordânia e o Hamas governando a Faixa de Gaza (BBC, 2014; AMAYREH, 2013).

O mandato da Autoridade Palestina teria fim em 2009, com eleições previstas para 2010. Contudo, o escalar da violência entre Fatah e Hamas resultou num adiamento para 2012. Nestas eleições o Fatah foi o partido vencedor pela recusa do Hamas de participar das eleições, preferindo adotar uma posição de contestação e não reconhecimento do resultado das eleições, mantendo seu domínio na região da Faixa de Gaza (THE AUSTRALIAN, 2012).

Elaborar um compilado que sumariza todos os ataques perpetrados pelo Hamas contra Israel e a resposta deste é uma tarefa hercúlea. Baseando na pesquisa de Robert Pape (2006) e nos dados disponíveis pelo Ministério das Relações Exteriores do Israel, temos uma lista, com datas e número de fatalidades, que nos permite esboçar a quantidades de atentados realizados pelo Hamas. Utilizando de fontes acadêmicas e jornalísticas podemos averiguar quais foram as respostas dadas pelo Estado de Israel a esses atentados. Contudo, além de não haver informações específicas que conectam um atentado e uma reação de Israel – o que existe são diretrizes gerais de segurança e revide adotadas pelo Estado – os números são amplamente divergentes, impossibilitando um compilado confiável.

A base de dados de Pape aponta que houveram 46 ataques suicidas realizados pelo Hamas entre 1994 e 2003, contabilizando um total de 327 mortes (PAPE, 2006). O Ministério das Relações Exteriores de Israel publicou, em março de 2004, uma lista

contendo o número de ataques de várias naturezas e suas vítimas, assim como o número de ataques suicidas e suas vítimas, entre junho de 2001 e agosto de 2004. Segundo essa base de dados, houve 52 ataques suicidas, responsáveis por assassinar 288 pessoas; enquanto que, no mesmo período, houveram 425 ataques responsáveis por 377 assassinatos (MFA, 2004). Uma terceira base de dados sobre o número de atentados aponta que houve 49 ataques terroristas entre 1993 e 2012, com 361 vítimas (MFA, 2018). Os primeiros registros encontrados da atuação militar do Hamas datam o ano de 1994. Desde então não há um número exato de ataques realizados pelo grupo¹⁷, porém sabe-se que os ataques não se restringem a atentados suicidas e nem ao uso de bombas, visto que o Hamas também atua com foguetes e mísseis, armas de fogo, uso de artilharia, minas terrestres e sequestros (KAHALANI, 1993).

O que se sabe é que entre as décadas de 1950 e 1970, o principal discurso de Israel quanto ao terrorismo praticado pelos palestinos e as medidas contra-terroristas era de extermínio do terrorismo por vias militares. Rafael Eitan, político israelense e ex-agente de inteligência da Mossad¹⁸, afirma que a via militar foi bem-sucedida em eliminar organizações terroristas nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, Ganor (2017) argumenta que como o terrorismo palestino tem raízes em questões essencialmente políticas e nacionalistas, o uso exclusivo da via militar é um erro. Israel, na década de 1980, começa a mudar sua postura frente ao terrorismo e passa a incluir soluções e medidas socioeconômicas para lidar com o fenômeno (GANOR, 2017). Alguns argumentam que a mudança se deu pela eclosão da primeira intifada, mas Carmi Gilon, ex-chefe da Agência de Segurança Israelense (ISA¹⁹), afirma que a noção de que o conflito israelense-palestino não seria resolvido unicamente pela via militar já estava presente na ISA desde 1967, contudo Israel adotou principalmente respostas militares devido às instruções do governo israelense. A mudança pode ser percebida pela realização das reuniões secretas que culminaram nos Acordos de Oslo de 1993 (GANOR, 2017).

A primeira operação contra-terrorista israelense relevante para este trabalho é a operação *Paz para a Galileia* que teve início em junho de 1982. O objetivo da

¹⁷ Além das fontes já citadas, Abrahms (2008) e Frisch (2006) também oferecem números divergentes para a atuação do grupo. Segundo Abrahms (2008) isso se dá devido à recusa de grupos terroristas atuantes na Palestina de se responsabilizarem pelos ataques.

¹⁸ Agência de serviço secreto israelense.

¹⁹ Em inglês, *Israel Security Agency*.

operação era “remover os terroristas, concentrados com sua sede e bases no Líbano, fora do alcance de tiro dos assentamentos israelenses²⁰” (KAHALANI, 1993, p. 301, tradução própria). *Paz para a Galileia* é o marco que inaugura a invasão israelense e o início da Guerra do Líbano (1982-1985).

Segundo Berrebi e Klor (2006), o conflito israelense-palestino é marcado por períodos de conflito acentuado intercalados com períodos de paz relativa. No momento em que escreviam seu trabalho, viviam numa época de grande violência do conflito:

Este último ciclo de violência, iniciado em setembro de 2000, foi precedido por três anos muito calmos em termos de fatalidades – uma era que foi precedida por um termo violento que começou em 1994, encerrando os anos de quietude que se seguiram à primeira intifada²¹ (BERREBI, KLOR, 2006, p. 899, tradução própria).

Apesar de existir violência e conflitos entre o Hamas e Israel durante a década de 1990, não houve operações militares israelenses visando eliminar o grupo e/ou diminuir os impactos de seus atentados. O aparente sucesso do Hamas em meio ao descontentamento político e social com a OLP e o Fatah, serviram como combustível e terreno fértil para a eclosão da segunda intifada, também conhecida como a Guerra Palestino-Israelense, que tem seu marco inicial na visita, em setembro de 2000, do primeiro-ministro israelense num templo sagrado para os palestinos chamado Haram al-Sharif – o que foi considerado um desrespeito, visto que o primeiro-ministro estava acompanhado de centenas de oficiais de segurança, e o suficiente para iniciar uma revolta popular (PAPE, 2006; HROUB, 2008; FRISCH, 2006, JVL, 2018).

A segunda intifada tem seu registro entre 2000 e 2005, sendo o período mais violento do conflito palestino-israelense. Há uma escalada no conflito durante esse período em que Israel se vê obrigado a realizar a primeira grande operação militar na região da Palestina. A operação foi nomeada de *Defensive Shield* e tinha como objetivo renovar o controle da *Israel Defense Force* (IDF) sobre cidades da Cisjordânia, visando dismantelar redes terroristas que se instalaram nelas. A operação teve início em março de 2002 após a ineficiência de sanções financeiras à

²⁰ “...to remove the terrorists, concentrated with their headquarters and bases in Lebanon, out of firing range of [Israel's] northern settlements”

²¹ “This latest cycle of violence, which began in September 2000, was preceded by three very quiet years in terms of fatalities - an era that itself was preceded by a violent term that began in 1994, ending the quiet years that followed the first intifada (Palestinian uprising)”.

Autoridade Palestina, da proibição de palestinos cruzarem as fronteiras de Israel e do assassinato de líderes terroristas (JVLb, 2018).

Apesar de ter menos de um mês de duração, *Defensive Shield* foi tida como sucesso por Israel, pois houve um decréscimo de 70% no número de ataques realizados. Esta porcentagem se manteve relativamente estável até 2004, até que começara a cair novamente. O controle da IDF na Cisjordânia foi renovado e os líderes do Hamas se viram obrigados a migrar para a Faixa de Gaza – onde estabeleceram raízes e passaram a ter como sede (JVLb, 2018). Frisch (2006) argumenta que medidas ofensivas, como a operação *Defensive Shield*, e defensivas, como a construção de uma barreira na fronteira com o Líbano, a instalação de detectores de metais em aeroportos e uma fiscalização mais minuciosa na fronteira, foram conjuntamente responsáveis pela queda vertiginosa no número de atentados. Ao negar uma sede e uma base – que o autor chama de *santuário* – e ao assassinar os líderes do Hamas, Israel encontrou a fórmula tática a ser repetida. Uma explicação alternativa para a queda no número de atentados foi a mudança do foco militar para o político, como argumenta Hroub (2008), devido às eleições para o Conselho Legislativo Palestino estarem no horizonte próximo.

A segunda intifada²² tem seu fim em 2005, mas as animosidades entre Israel e Palestina continuaram. No ano seguinte, Hamas sai como vitorioso das eleições da Palestina. Diante disso, Israel se vê diante da necessidade de tomar uma decisão: isolar e obstruir o governo do Hamas ou se relacionar cautelosamente com ele (BROM, 2006). Segundo Brom (2006), a primeira opção resultaria na retomada e no aprofundamento do conflito, numa deterioração das condições de vida do povo palestino, no distanciamento com a comunidade internacional que oferece ajuda à população e potencialmente alimentaria um sentimento revanchista. A segunda postura, por outro lado, abriria possibilidade para que o Hamas se prove um governo disposto a ter relações e negociações, pois sua principal bandeira é nacionalista e, portanto, essencialmente política (BROM, 2006). Contudo, a decisão de Israel não precisou ser tomada, pois houve uma divisão política entre o Hamas e o Fatah, resultando na divisão da Autoridade Palestina e no controle do Hamas sobre a Faixa de Gaza, enquanto o Fatah manteve a Cisjordânia sob seu controle. Essa cisão teve como consequência direta um conflito armado entre Hamas e Fatah que perdurou

²² Houveram cinco tentativas de paz, todas falharam (JVLd, 2018)

durante dez anos (2007-2017); na divisão da Palestina e na remoção do Hamas da posição de governante e principal partido da Autoridade Palestina – que passou a ser controlada pelo Fatah novamente (AL JAZEERA, 2017).

No ano de 2008, Israel lançou a operação *Cast Lead*, que tinha como objetivo eliminar as capacidades operacionais do Hamas, concentrado na Faixa de Gaza. A operação tinha como principais alvos a infraestrutura do grupo terrorista, incluindo centros de comando, armazéns de armamentos, túneis de contrabando e áreas de lançamento de foguetes. A operação *Pillar of Defense* de 2012 teve objetivos, resultados e motivações semelhantes às da operação *Cast Lead*, a principal diferença é que não se concentrava na Faixa de Gaza. Ambas as operações são tidas como respostas à incessantes foguetes lançados no território de Israel pelo Hamas e outras organizações terroristas. Não obstante, ambas as operações resultaram uma diminuição dos números de ataques sofridos por Israel (ADLa, 2018; ADLb, 2018). Uma terceira operação, chamada *Protective Edge*, ocorreu em 2014. Argumentando que o Hamas não cessa seus ataques ao povo israelense, a operação visava destruir os túneis que cruzaram a fronteira de Israel, assim como eliminar a infraestrutura operacional do grupo. (ADLc, 2018).

4. CONCLUSÃO

A primeira e mais importante conclusão desta monografia é a de que não existe uma lógica estratégica no terrorismo. A existência desta poderia ser averiguada se as ações e ataques terroristas deixassem seus perpetradores mais próximo de atingirem seus objetivos políticos. O estudo do Hamas aponta que não ocorreu tal aproximação. Os objetivos políticos não foram alcançados nem parcialmente. Desde a criação do grupo em 1987 até o momento atual, não se criou um Estado da Palestina – nem com o território da Palestina histórica, nem com a divisão proposta pela ONU em 1947 –; o Estado de Israel não deixou de existir e ainda há ocupação e assentamentos israelenses na Palestina²³.

A instituição que mais se aproxima de um governo palestino e que poderia servir como fundamento para se criar um Estado – a Autoridade Palestina – não foi criada pelos esforços do Hamas, mas pelos esforços políticos do Fatah e da OLP. Contudo, a presidência da Autoridade Palestina é disputada ferrenhamente entre Hamas e Fatah, resultando em inimizades e conflitos armados entre os dois grupos. Após os resultados das eleições, um grupo não reconhece a legitimidade do processo democrático nem da governabilidade do grupo vencedor e aumentam as tensões entre si. Enquanto o Hamas mantiver disputas de poder com outros grupos e enquanto utilizar do terrorismo enquanto meio, não alcançará seus objetivos políticos.

Poderia ser argumentado que o uso do terrorismo se daria visando o fortalecimento do grupo, alterando as relações de poder e, assim, podendo alcançar o objetivo no longo prazo. As relações de força são, por essência, uma comparação – um ator é forte/fraco em relação a outro. O Hamas se fortaleceu ao longo do tempo, mas continua sendo um ator muito mais fraco, de capacidades limitadas²⁴ e incapaz de subverter a vontade do Estado de Israel.

Acredita-se que o Hamas ainda esteja em atividade atualmente, mesmo falhando sistemicamente na busca da libertação da Palestina, porque há outros atores de interesse comum que ajudam a manter a causa viva e o grupo em atividade. Os palestinos, por sua vez, podem se sentir gratos com os programas sociais e educacionais promovidos pelo Hamas, assim como o auxílio médico prestado, e

²³ Pape (2006) argumenta que as retiradas de tropas israelenses em 1994 e em 2000 seriam conquistas parciais do objetivo principal do grupo, porém as tropas retiradas voltam a invadir e ocupar a mesma região pouco tempo depois (ABRAHMS, 2006).

²⁴ Mueller e Stewart (2012) argumentam que todo e qualquer grupo terrorista possui capacidades limitadas que afetam negativamente sua coerção estratégica.

inclinados a retribuir o auxílio apoiando ao grupo. O espírito nacionalista e a busca por um Estado é o fio condutor, enquanto a religião funciona como um catalisador, que mantém as forças do Hamas.

Israel, por sua vez, possui um amplo leque de estratégias para responder aos ataques perpetrados por terroristas palestinos²⁵. Enquanto adota medidas de segurança – e não, necessariamente, contra-terroristas – Israel também tem a capacidade de realizar operações militares de alto escalão que já se provaram efetivas²⁶.

Por fim, a última conclusão que pode ser feita é que a ausência de um consenso para a definição do fenômeno terrorismo implica diretamente na dificuldade de se avaliar e planejar modos de combate ao terrorismo e nas divergências estatísticas quanto ao número de atentados e ataques, assim como no número de assassinatos causados por eles.

²⁵ Utilizando da nomenclatura proposta por Pape (1996), Israel exerce, ou teria o potencial para exercer, as estratégias de Negação, Decapitação, Risco e Punição.

²⁶ O estudo de Claude Berrebi e Esteban F. Klor “*On Terrorism and Electoral Outcomes: Theory and Evidence from the Israeli-Palestinian Conflict*” (2006) conclui que o número e gravidade de ataques terroristas afetam o resultado das eleições israelenses. Quanto mais ataques, maior a probabilidade de um governo com discurso intolerante ou militarista se eleger.

REFERÊNCIAS:

ABRAHMS, Max. What Terrorists Really Want: Terrorist Motives and Counterterrorism Strategy. **International Security**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 78-105, mar. 2008.

ABRAHMS, Max. Why Terrorism Does Not Work. **International Security**, Cambridge, v. 31, n. 2, p.42-78, set. 2006.

ADLa. **Operation Cast Lead (Gaza)**: December 2008 – January 2009. Anti-Defamation League, 2018. Disponível em: < <https://www.adl.org/resources/glossary-terms/operation-cast-lead-gaza-december-2008-january-2009> >. Acesso em 2 jun. 2018.

ADLb. **Response to Common Inaccuracy**: Israel's Military Operations in Gaza. Anti-Defamation League, 2018. Disponível em: < <https://www.adl.org/resources/fact-sheets/response-to-common-inaccuracy-israels-military-operations-in-gaza> >. Acesso em 2 jun. 2018.

ADLc. **Operation Protective Edge**: July-August 2014. Anti-Defamation League, 2018. Disponível em: < <https://www.adl.org/resources/glossary-terms/operation-protective-edge-july-august-2014> >. Acesso em 2 jun. 2018.

AMAYREH, Khalid. **What reconciliation? Hamas, Fatah trade blows**. Al Jazeera, 2013. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/09/2013912125955654585.html> >. Acesso em: 25 mai. 2018.

BBC. **Hamas and Fatah unveil Palestinian reconciliation deal**. BBC, 2014. Disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-27128902> >. Acesso em: 25 mai. 2018.

BBC. **What is ETA?** BBC, 2017. Disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-europe-11183574> >. Acessado em: 16 mai. 2018.

BERREBI, Claude; KLOR, Esteban F. On Terrorism and Electoral Outcomes: Theory and Evidence from the Israeli-Palestinian Conflict. **Journal of Conflict Resolution**, New York, v. 50, n. 6, p. 899-925, dez. 2006.

BISHARA, Azmi. 4 May 1999 and the Palestinian Statehood: To Declare or Not To Declare?. **Journal Of Palestine Studies**. Berkeley, v. 28, n. 2, p. 5-16, dez, 1999.

BROM, Shlomo. **A Hamas Government**: Isolate or Engage?. Washington DC: United States Institute of Peace, 2006. Disponível em: < https://www.files.ethz.ch/isn/115299/2006_03_hamas_brom.pdf >. Acesso em 2 jun. 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. New York: Alfred A.Knopf, 1993.

DINIZ, Eugênio. **Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FRISCH, Hillel. Motivation or Capabilities? Israeli counterterrorism against Palestinian suicide bombings and violence. **Journal Strategic Studies**, Ramat Gan, v. 29, n. 5, p. 843-869, out. 2006.

GANOR, Boaz. **The Counter-Terrorism Puzzle: A Guide for Decision Makers**. New York: Routledge, 2017. Disponível em: <
https://books.google.com.br/books?id=dzCHvTTPgZYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 25 maio 2018.

GIBBS, Jack. The Conceptualization of Terrorism. **American Sociological Review**, Chicago, v. 54, n. 3, p. 329-340, jun. 1989

GLEIS, Joshua L.; BERTI, Benedetta. **Hezbollah and Hamas: a comparative study**. Baltimore: Jhu Press, 2012. Disponível em:
 <<https://books.google.com.br/books?id=vYBtwkj78BUC&pg=PT131&lpg=PT131&dq=hamas+anti+western&source=bl&ots=GHV4fJiKh6&sig=jy2DSzZP5t4P9na-8F6ICTTYhfl&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXxoW5i6DbAhWGIZAKHcbtAawQ6AEIcjAH#v=onepage&q=hamas+anti+western&f=false>>. Acesso em: 20 maio 2018.

HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. New York: Columbia University Press, 1998.

HROUB, Khaled. **Hamas: Um Guia Para Iniciantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2008. 208 p.

HUDSON, Rex A.. **The Sociology and Psychology of Terrorism: Who Becomes a Terrorist and Why?**. Washington Dc: Library Of Congress, 1999.

JAMAIL, Dahr. **Hezbollah's transformation**. Asia Times Online, 2006. Disponível em: < http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/HG20Ak02.html >. Acessado em: 16 mai. 2018.

JENKINS, Brian Michael. **The study of terrorism: definitional problems**. RAND Corporation, Santa Monica, 1980.

JVL a. **Al-Aqsa Intifada: Background & Overview** (September 2000 – September 2005). Jewish Virtual Library, 2018. Disponível em: <
<http://www.jewishvirtuallibrary.org/background-and-overview-of-al-aqsa-intifada> >. Acesso em 27 mai. 2018.

JVL b. **Israel's Wars & Operations: Operation Defensive Shield** (March 29 – April, 2002). Jewish Virtual Library, 2018. Disponível em: <
<http://www.jewishvirtuallibrary.org/operation-defensive-shield> >. Acesso em: 27 mai. 2018.

JVL c. **Hamas: Background & Overview**. Jewish Virtual Library, 2018. Disponível em: < <http://www.jewishvirtuallibrary.org/background-and-overview-of-hamas> >. Acesso em 28 mai. 2018.

JVL d. **Israel's Wars & Operations: Palestinian War – Al-Aqsa Intifada** (2000-2005). Jewish Virtual Library, 2018. Disponível em: <

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/palestinian-war-al-aqsa-intifada> >. Acesso em 1 jun. 2018.

KAHALANI, Avigdor. **A Warrior's Way**. Nova York: Spi Books, 1993. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=TRhE--Ru9mYC&pg=PA299&dq="peace+for+galilee"&hl=en&ei=I17YTJu5JoS0IQfR59CACQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&redir_esc=y#v=onepage&q="peace for galilee"&f=false](https://books.google.com.br/books?id=TRhE--Ru9mYC&pg=PA299&dq=)>. Acesso em: 20 maio 2018.

KRUEGER, Alan B.; LAITIN, David D.. **Kto Kogo?: A Cross-Country Study of the Origins and Targets of Terrorism**. Princeton: University Of Princeton, 2007.

MENDES, Flávio Pedroso. Guerra, Guerrilha e Terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.96-108, jul. 2014.

MFA. **Hamas Terrorist Attacks**. Israel Ministry of Foreign Affairs, 2004. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/terrorism/palestinian/pages/hamas%20terror%20attacks%2022-mar-2004.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MFA. **Suicide and Other Bombing Attacks in Israel Since the Declaration of Principles (Sept 1993)**. Israel Ministry of Foreign Affairs, 2018. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/terrorism/palestinian/pages/suicide%20and%20other%20bombing%20attacks%20in%20israel%20since.aspx>>. Acesso em 25 maio 2018.

MUELLER, John; STEWART, Mark G.. The Terrorism Delusion: America's Overwrought Response to September 11. **International Security**, Cambridge, v. 37, n. 1, p.81-110, maio 2012.

O GLOBO. **Com dissolução iminente, ETA pede perdão pelos graves danos**. O GLOBO, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/com-dissolucao-iminente-eta-pede-perdao-pelos-graves-danos-22612809>>. Acessado em: 23 abr. 2018.

ONU. **The Origins and Evolution of the Palestine Problem: 1917-1988**. ONU, 1979. Disponível em: <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/5ba47a5c6cef541b802563e000493b8c/d442111e70e417e3802564740045a309?OpenDocument>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PAPE, Robert A. **Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism**. New York: Random House, 2006. 353 p.

PAPE, Robert. **Bombing to Win: Air Power and Coercion in War**. New York: Cornell University Press, 1996. 366 p.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugênio. **O Fenômeno Guerra**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos, Coppe/UFRJ, 2006.

RAPOPORT, David C. Fear and trembling: Terrorism in three religious traditions. *American Political Science Review*, Los Angeles, vol. 78, n. 3, p. 658–677, setembro 1984.

RAPOPORT, David C.. The Four Waves of Modern Terrorism. In: CRONIN, A. K.; LUDS, J. M.. **Attacking terrorism: Elements of a grandstrategy**. Washington Dc: Georgetown University Press, 2004. p. 46-73.

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah: The Struggle for Palestine**. New York: St. Martin's Press, 2008. 256 p. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iql0aaCvTlwC&oi=fnd&pg=PR7&dq=hamas+history&ots=EOe7cVoonE&sig=1Xs_5McDZ8h5iVA82DfgbQbJ4Jg#v=onepage&q=hamas%20history&f=false>. Acesso em 25 maio 2018.

SCHELLING, Thomas C. Thinking about nuclear terrorism. **International Security**, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 61-77, 1982.

SPADANO, Lucas Eduardo Freitas do Amaral. A Complexidade do Terrorismo Transnacional Contemporâneo. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 63-81, junho 2004.

THE AUSTRALIAN. **Fatah claims win after Hamas vacates stage**. The Australian, 2012. Disponível em: < <https://www.theaustralian.com.au/news/world/fatah-claims-win-after-hamas-vacates-stage/news-story/c220b3253d77d073e1163616a4110bd8>>. Acesso em: 25 mai. 2018.